

Palácio Itamaraty em Brasília: Análise de Adequação às Normas Brasileiras sobre Acessibilidade e Propostas de Melhoria, Respeitando a Autenticidade

MÁXIMO, Marco Aurélio da Silva¹
FERREIRA, Oscar Luís²

¹Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, Brasília, Brasil. marco.maximo@iphan.gov.br

²Universidade de Brasília-UnB, Brasília, Brasil. oscar@unb.br

Resumo

Brasília é a única cidade construída no século XX considerada pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, pelo reconhecimento mundial do seu Plano Urbanístico como um exemplar ímpar do urbanismo modernista caracterizado pelo racionalismo e funcionalismo. O Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, consolidou a legislação brasileira de acessibilidade e tornou obrigatória a norma brasileira NBR 9050:2004. O país está em processo de adaptação e o respeito à legislação envolve adaptações do patrimônio arquitetônico, tanto “histórico” como contemporâneo. O processo de adaptação deve garantir a acessibilidade e a preservação do bem. Este artigo apresenta uma análise, com uso da ferramenta “Matriz de Autenticidade e Acessibilidade”, do Palácio Itamaraty – referência integrada da arquitetura moderna, inserido no conjunto urbanístico tombado - onde foi possível obter informações para melhoria das condições de acessibilidade, respeitando sua autenticidade.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural; Palácio Itamaraty; Arquitetura Moderna; Brasília; Acessibilidade; Autenticidade.

Abstract

Brasilia, the only twentieth century city recognized by UNESCO as a World Heritage Site, is characterized by its rationalism, functionalism and as a unique specimen of the modern urbanism. In 2004, a Federal Decree # 5.296/2004 consolidated the Brazilian legislation on accessibility and so the Brazilian standard NBR-9050:2004 became mandatory. Since then, the country has been adapting its architectural heritage to fit its requirements. During the process changes to the site and to the building itself must be made to ensure accessibility, but how it can be done in order to prevent damages to the integrity and authenticity of the good and to the city. This paper presents an analysis on The Itamaraty Palace using a tool “Matrix of Authenticity and Accessibility” in order to identify characteristics and needs to accessibility. The palace is a reference of the modern architecture and is located inside the urban preservation perimeter. After the use of the matrix, it was possible to obtain information for improving accessibility and to determine which actions would inflict damage to its authenticity.

Key-Words: Cultural Heritage; The Itamaraty Palace, Modern Architecture; Brasília; Accessibility; Authenticity.

1. Introdução

O Palácio Itamaraty, em Brasília, é a sede do Ministério das Relações Exteriores - MRE. A função primordial desse ministério é ser a parte representativa da Presidência da República. Em 1959 o arquiteto Oscar Niemeyer iniciou a elaboração do projeto, a obra começou em 1963, e a inauguração ocorreu em 1970. Apesar de o presidente Juscelino Kubitschek ter deixado Brasília numa condição de irrevogável implantação, o contexto político após o término de seu mandato era conturbado. A renúncia do presidente Jânio Quadros e a instabilidade advinda fez com que obras e projetos em execução sofressem grande impacto, e foi o que ocorreu com o Palácio (ROSSETI, 2009).

Considerando que o Palácio é um edifício público o mesmo deve ser utilizado indiscriminadamente por todos os cidadãos. Dados oficiais mostram que a população brasileira está envelhecendo e 14% dela apresentam algum tipo de deficiência ou necessidade especial. Atualmente 80% da população brasileira habitam em áreas urbanas e a maioria das cidades não apresenta projetos urbanos e edificações com acessibilidade adequada, nem para os deficientes nem para os demais. Edificações e espaços construídos devem, portanto, passar por avaliação de adequação aos critérios de acessibilidade e sofrer os ajustes necessários.

Garantir acessibilidade em bens tombados ou de valor histórico, de uso público ou de grande significância, implica adaptá-los com características que permitam o acesso, a circulação e o usufruto por qualquer pessoa sem qualquer risco à segurança. Estudos para adaptação têm se baseado principalmente nas Cartas de Burra, de Veneza e de Nara, elaboradas pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS. As demandas de adaptações para a acessibilidade são realidade atual e recente, e o curso dessas adaptações tem mostrado diversos equívocos na sua implantação, mesmo em edifícios atuais.

Tal desafio é ainda maior quando a edificação ou o espaço em questão é tombado ou apresenta significância histórica, de modo que as possibilidades de solução para atendimento aos requisitos merecem maior cuidado para não ferir os valores que fazem daquela edificação ou espaço um ambiente singular. Busca-se, ainda que de forma indireta, que a acessibilidade seja

uma forma de garantir a preservação da própria edificação para futuras gerações, à medida que a inclusão e democratização sirvam de apropriação do patrimônio de forma ampla.

Em processo de tombamento pelo IPHAN, o Palácio Itamaraty está dentro do perímetro de tombamento do conjunto urbanístico de Brasília. Portanto se mostra adequado garantir todo o cuidado necessário na análise e na proposta de adaptações para a acessibilidade.

Este trabalho analisa o Palácio Itamaraty, à luz dos critérios de acessibilidade estabelecidos pelas normas brasileiras, avalia as barreiras físicas, os valores e sugere soluções técnicas para melhoria das condições e atendimento aos requisitos, garantindo o acesso ao patrimônio arquitetônico, preservando a autenticidade.

2. Acessibilidade

Acessibilidade pode ser definida como condição de acesso e uso de determinado lugar. O Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 a define como “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2004).

Gozar do poder de chegar a algum lugar com conforto, independência e segurança, entender a organização, as relações espaciais do lugar e participar das atividades fazendo uso dos equipamentos disponíveis, isto tudo pode definir acessibilidade. Fazem parte ainda do conceito as condições de acesso à informação e as possibilidades de deslocamento, onde todos exerçam seus direitos de cidadão. Portanto os espaços precisam estar livres de barreiras: elementos que impedem ou dificultam o processo de usufruto dos lugares e de seus equipamentos. As barreiras podem ser socioculturais, físicas e de informação, e sua existência interfere na autonomia das pessoas.

A legislação brasileira inicialmente esteve focada em superar discriminações e preconceitos. Depois avançou ao garantir a prioridade no atendimento, em seguida a promoção da acessibilidade, e por fim

na quebra de barreiras, inclusive na comunicação e no acesso à informação. O Decreto Federal nº 5.296 consolidou esta legislação.

A NBR 9050:2004 foi vinculada ao Decreto Federal nº 5.296, e o cumprimento dessa norma se tornou obrigatório. A mesma estabelece os critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade a serem observados nas fases de projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Visa ainda proporcionar à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos (ABNT, 2004).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN apresenta considerações básicas sobre a adaptação de bens culturais imóveis acautelados em nível federal, baseada nas leis federais nº 10.048 e nº 10.098, e nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. A instrução considera a necessidade do desenvolvimento de estudos baseados na avaliação de propostas bem sucedidas de adaptação, normas internacionais, técnicas e novas tecnologias de acessibilidade com intuito da elaboração de métodos de avaliação das condições de acessibilidade real dos bens culturais imóveis. Segundo a instrução o limite das intervenções deve ser o possível grau de comprometimento do “valor testemunhal e da integridade estrutural” do bem (IPHAN, 2003).

As ações necessárias para o cumprimento das exigências do Decreto Federal nº 5.296 não devem ser confundidas com restauração, mas são de fato ações de adaptação. Para valor testemunhal é possível subentendermos autenticidade, e adaptação significa dar um novo uso ao bem, sem, no entanto, alterar seus valores principais, causando o mínimo de danos à consistência material do patrimônio cultural, bem como nos valores que o caracterizam. Intervenções para a acessibilidade, para tornar a edificação “mais acessível”, são ações de adaptação, causando nenhum dano ou danos mínimos, aos valores e à consistência material da edificação, e a avaliação de alternativas deve sempre priorizar as de menor impacto. Algumas intervenções para acessibilidade podem inserir novos usos ou serviços, tais como a instalação de equipamentos de áudio e vídeo, elevadores, sinalização visual e tátil (FERREIRA, 2011).

Com base no desenho universal, a acessibilidade é parte dos requisitos para intervenções de adaptação do ambiente construído e está associada aos requisitos das normas técnicas e outros instrumentos legais. Procura-se garantir a todos o acesso à cidade e ao edifício. Recentemente a sociedade vem buscando garantir o acesso e a utilização de ambientes públicos e coletivos de forma adequada, sem a segregação que ocorreu no passado, e que ainda ocorre. Adaptações dos espaços urbanos e edificados, permitindo a acessibilidade de todos, demonstra a busca da construção de uma nova realidade urbana com cidades mais democráticas. O país encontra-se hoje em processo de adaptação e o pleno respeito à legislação envolve também a adaptação do patrimônio arquitetônico nacional, seja ele “histórico” ou contemporâneo, com vistas ao acesso universal.

3. Patrimônio Moderno

O Modernismo foi um movimento artístico e cultural iniciado na Europa e difundido no Brasil a partir do início do século XX, através de manifestos de vanguarda, principalmente em São Paulo, e da Semana da Arte Moderna de 1922. O movimento iniciou uma nova fase estética onde se deu a integração de tendências fundamentadas na valorização da realidade nacional, abandonando as tradições, tanto na literatura quanto nas artes. Foi um movimento cultural global envolvendo diversos aspectos, tais como sociais, tecnológicos, econômicos e artísticos. No Brasil, as primeiras obras modernistas surgem no início do processo de industrialização. Embora o Modernismo tenha sido introduzido no país pela atuação e influência de arquitetos estrangeiros, sua aceitação se deve aos brasileiros, tais como Oscar Niemeyer e Lucio Costa (MEURS, 1995).

Arquitetos modernistas buscavam o racionalismo e funcionalismo em seus projetos, e as obras apresentavam formas geométricas definidas, sem ornamentos; com separação entre estrutura e vedação; uso de pilotis liberando espaço sob o edifício; painéis de vidro contínuos nas fachadas, sem as janelas tradicionais; integração da arquitetura com o entorno pelo paisagismo, e com as outras artes plásticas através do uso de painéis de azulejo decorados, murais e esculturas. O Estado - patrocinador das obras - teve forte influência no processo de afirmação do Modernismo brasileiro, e buscava nele o simbolismo de modernidade e progresso. (MEURS, 1995).

3.1. Modernismo em Brasília

Oscar Niemeyer, em parceria com o engenheiro Joaquim Cardozo, transforma a construção de Brasília (1956-1960) num canteiro experimental dessa fascinante aventura de concepção de formas estruturais. O presidente Juscelino Kubitschek teve como meta transferir a capital para o Planalto Central. Niemeyer foi incumbido de elaborar os projetos arquitetônicos dos principais edifícios governamentais. Lucio Costa concebe o plano urbanístico e cria a nova capital. Costa dá forma à Brasília e Niemeyer imprime a sua marca nos principais monumentos arquitetônicos, construídos em grande parte nos quatro anos que antecederam à inauguração da cidade (ROSSETI, 2009).

O plano urbanístico ordena o espaço baseado nas escalas de uso, onde cada função urbana cria estruturas morfológicas próprias e identificáveis: a “monumental” (edifícios públicos), a “residencial”, a “gregária” (espaço de convivência e lazer), e a “bucólica” (para recreação à beira do lago). A característica fundamental do projeto está na ordenação de escalas de uso principal que afeta a densidade populacional e o tratamento da paisagem pelo emprego de técnicas “rodoviárias e paisagísticas”. Este tratamento consiste em garantir uma condição de vida mais reservada no interior das superquadras - que ficariam protegidas por densas cintas de árvores em seu perímetro - expondo como imagem da cidade apenas a sua parte cívica. O partido do projeto baseou-se no cruzamento de dois eixos, adaptado à topografia local (COSTA, 1957; ROSSETI, 2009).

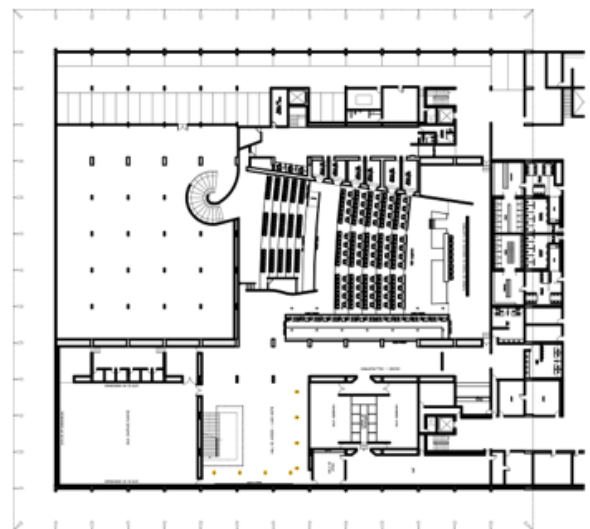
Brasília é uma cidade projetada e construída sob os ideais modernistas e seu plano urbanístico é tombado e considerado pela UNESCO como “Patrimônio Cultural da Humanidade”

3.2. O Palácio Itamaraty

Desde o relatório de Lucio Costa sobre o Plano Piloto, o Palácio já tinha sua distinção e localização diferenciada frente aos demais ministérios, assim como o Palácio da Justiça. O projeto original indicava um edifício representativo, articulado com outro administrativo - Anexo I -, sendo os dois ligados por duas passarelas suspensas, no segundo andar, com fechamentos laterais envidraçados (COSTA, 1957). No projeto do Palácio, Niemeyer usou da precisão geométrica, onde a técnica potencializa a forma, para definir a estrutura que será percebida como uma imagem. Os espaços internos valorizam a

integração de obras de arte à arquitetura, e a priorização do vazio é um fator organizador e simboliza o poder representado pelo edifício. Foi priorizado o uso de materiais de construção (pedras, granito e mármore) que remetem à nacionalidade brasileira, e a integração da arquitetura com outras formas de arte, com o paisagismo, as esculturas, a paginação do piso e a tapeçaria - características modernas (ROSSETI, 2009).

Figura 1: Palácio Itamaraty – Planta do Subsolo



Fonte: MRE

Figura 2: Palácio Itamaraty – Planta do Térreo



Fonte: MRE

No subsolo (Fig. 1) estão o auditório, as áreas operacionais e as salas de reuniões. No térreo (Fig. 2) e no segundo pavimento (Fig. 3) há gabinetes e

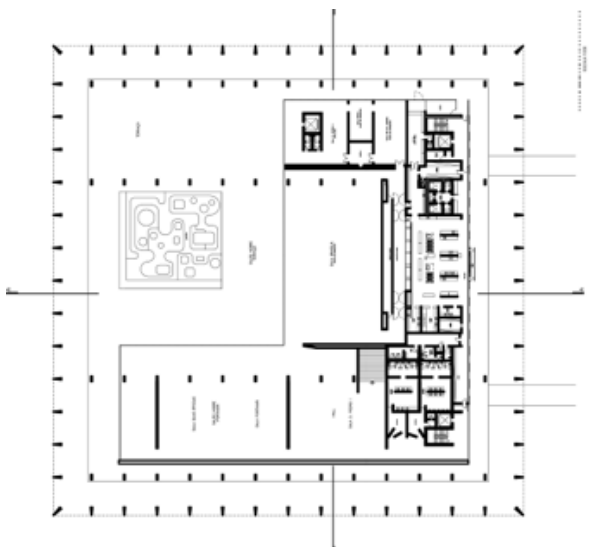
escritórios. O mezanino faz a transição entre o térreo e o terceiro pavimento (Fig. 4), onde estão salões para exposições e banquetes, e um terraço com jardim. O Palácio em planta tem 84 x 84 metros, e altura de 17,56 metros, dos quais 4,27 no subsolo. Feito em concreto armado aparente, com 15 linhas de pilares na fachada principal e vão de 6,0 metros entre pilares. É um volume com planta quadrada, fechamento em vidro, colunas interligadas por arcos, posicionadas no espelho d'água (Fig. 5) (ROSSETI, 2009).

Figura 3: Palácio Itamaraty – Planta do 2º Pavimento



Fonte: MRE

Figura 4: Palácio Itamaraty – Planta do 3º Pavimento



Fonte: MRE

4. Autenticidade

A definição do conceito de autenticidade está baseada na ideia de algo do qual se tem a origem comprovada, ou aquilo que é considerado verdadeiro diante de certos critérios. Durante algum tempo, preservar a autenticidade foi interpretado como preservar sem alterações, de acordo com a Carta de Veneza de 1964. Autenticidade não é, e nem representa, um tipo de intervenção, mas sim um modo de avaliação dos valores do bem. A autenticidade de um bem define em grande extensão o significado do mesmo, e está fundamentada na identificação, avaliação e interpretação dos valores atuais e dos valores que o caracterizaram no passado. A autenticidade atribui o caráter de verdadeiro às dimensões ou valores (artística, histórica, social e científica) identificados no patrimônio cultural (CURY, 2004; FERREIRA, 2011).

O conceito atual de autenticidade fundamenta-se na ideia de valor documental apresentada por Camillo Boito, que defende como princípio de intervenção a identificação de quaisquer alterações, além do respeito às diversas fases de vida do monumento (BOITO, 2003).

A visão de Cesare Brandi - que tem como princípio a preservação da unidade da obra-de-arte em sua dualidade artística e histórica - também está presente no conceito atual. Assim a autenticidade está associada à identificação, avaliação e interpretação dos valores atribuídos a um bem. Ferindo os valores por meio de intervenção física sobre os aspectos (forma e desenho, etc.), ferimos a autenticidade (BRANDI, 2004).

Em 1994, a Carta de Nara apresentou a autenticidade como principal elemento de qualificação dos valores que caracterizam um bem e que incluem sempre: forma e desenho, materiais e substâncias, uso e função, tradição e técnicas, localização e espaço e; espírito e sentimento. A partir da compreensão desses aspectos é possível construir um quadro representativo das dimensões (ou valores) artísticas, históricas, sociais e científicas do bem. É a manutenção dos valores que garante a importância do bem, o que leva à sua preservação (CURY, 2004; FERREIRA, 2011).

Todas as categorias de valores estão relacionadas entre si. Os valores artísticos (dimensões) são compreendidos a partir das qualidades visuais,

características de estilo, composição, volumetria, relação entre cheios e vazios, proporções entre as partes, elementos que permitem perceber mudanças e alterações ao longo tempo. Valores históricos estão presentes na idade de materiais e substâncias, nas técnicas construtivas que retratam um período, e na associação do bem a eventos históricos, dentre outros. Valores sociais estão relacionados ao uso para encontros, celebrações, manifestações, que de algum modo qualificam a edificação e o local, conferindo importância e reforçando os laços de identidade. Valores científicos estão relacionados a pesquisas das características construtivas, composição de materiais, sua degradação, sendo então relacionados à preservação física (FERREIRA, 2011).

Autenticidade é a capacidade do bem transmitir seu significado a partir de seus valores, portanto os mesmos qualificam o bem, devendo ser avaliados sob essa ótica. Integridade é a capacidade do bem assegurar a existência da significância ao longo do tempo, com todas as características capazes de transmitir seus valores, que devem ser assegurados nas suas dimensões artística, histórica, social e científica.

Preservar valores significa preservar a identidade do bem. Toda intervenção significa algum impacto sobre os valores da edificação e sobre a maneira com que a comunidade se identifica com ela. Portanto, intervenções para a acessibilidade podem causar impactos sobre os valores. No caso da preservação do patrimônio moderno as intervenções podem ser arriscadas visto que a diferenciação entre o “novo” e o “antigo” é mais difícil. Acréscimos de longas rampas e sinalização tátil podem alterar profundamente o espaço e a compreensão da obra original. Toda intervenção deve ser reconhecível e facilitar intervenções futuras. Com base na avaliação dos valores e a partir da caracterização dos aspectos pode-se formar um quadro qualitativo das principais características do bem, seus valores e autenticidade.

5. Metodologia

A ferramenta usada na coleta e análise de informações sobre acessibilidade e autenticidade foi a “Matriz de Autenticidade e Acessibilidade do Patrimônio Cultural” ou Matriz A&A. Tal ferramenta é uma fusão de outras duas: a Tabela de Autenticidade (Nara-Grid) e a Avaliação de Acessibilidade, realizada por meio de uma lista de verificação

dos requisitos normativos de acessibilidade. A ferramenta é ambientada no software “Excel” (Microsoft), e a mesma permite avaliar os prováveis impactos das adaptações (FERREIRA, 2011).

Em primeiro lugar foi realizada a análise dos valores da edificação, com informações obtidas durante a revisão bibliográfica, a visita in loco, e em entrevistas com o pessoal do Setor de Arquitetura e Engenharia do Ministério.

Depois foram avaliadas as características da edificação quanto à acessibilidade, com o uso de uma lista de verificação de atendimento aos requisitos. As não conformidades foram consideradas pontos de estudo para futuras intervenções sendo, portanto, o ponto de partida para a Matriz A&A. Foram procuradas as respostas de como as intervenções para resolver as não conformidades poderiam interferir nas dimensões e nos aspectos. Tais informações foram obtidas também pela visita in loco, pela análise das plantas de arquitetura e pela entrevista feita com diplomata cadeirante.

Com os dados coletados foi possível estabelecer oportunidades de melhoria para eliminar ou minimizar as barreiras arquitetônicas para que a edificação seja “mais acessível”. Cabe observar que a ferramenta pode ser aplicada também em avaliação pós-ocupação - caso do Palácio -, auxiliando na avaliação de soluções adotadas e norteando novas adaptações, servindo na definição de uma política de conservação baseada na prevenção, mostrando onde e como adaptar. Avaliando os valores foi possível obter dados que indicam o que preservar para evitar a perda da autenticidade e integridade. O cruzamento de todos os dados permite identificar possíveis comprometimentos à autenticidade.

6. Palácio Itamaraty: resultados obtidos

As principais não conformidades identificadas quanto aos requisitos de acessibilidade e segurança foram: superfícies irregulares, desníveis e falta de rebaixos nos pisos (calçadas), sinalização horizontal inadequada no estacionamento, sinalizações indicativa, informativa e direcional deficientes de modo geral, falta de corrimãos em rampas e escadas, ausência de mapas e planos táteis, balcões da recepção não adaptados, falta de treinamento dos guias para atendimento em caso de

visitas com deficientes (LIBRAS, procedimento com cadeirantes) e também falta de recursos materiais para essas visitas tais como fones de ouvido e maquetes táteis, corredores estreitos, faltas de sistema de alarme sonoro e luminoso em caso de incêndio e outros sinistros, portas estreitas e com resistência ao manuseio elevada (força para abrir excessiva), maçanetas inadequadas, escadas estreitas (de serviço), falta de sinalização nas escadas e degraus com espelhos abertos, falta de elementos de sinalização e comunicação, falta de rampas no auditório, falta de espaço destinado a deficientes no auditório, banheiros não adaptados e falta de brigada de incêndio.

Figura 5: Palácio Itamaraty – Fachadas Norte e Oeste



Fonte: M. A. S. Máximo

A seguir é apresentado um resumo da Matriz de Autenticidade - com base no documento de Nara - que analisa os valores da edificação.

Dimensão Artística x Aspecto Forma e Desenho: O arquiteto usou da precisão geométrica, potencializando a forma como um recurso que define a estrutura. É um volume com planta quadrada, fechamento em vidro e colunas interligadas por arcos plenos em concreto sobre um espelho d'água.

Dimensão Artística x Aspecto Materiais e Substância: Feito em concreto armado, apresenta ainda: madeira, pedras nacionais, carpetes, tecidos e vidros. As pedras ornamentais simbolizam a perenidade implícita e evocam o poder. Os pisos distinguem os salões.

Dimensão Artística x Aspecto Uso e Função: A rotina do Palácio é marcada por códigos, procedimentos e hierarquias, e para aperfeiçoar o fluxo e respeitar as hierarquias, o arquiteto projetou acessos, um em cada fachada.

Dimensão Artística x Aspecto Tradições e Técnicas: A expressão do concreto da arcada foi obtida pelo desenho criterioso das fôrmas que imprimiram a textura projetada, onde a força da arcada se manifesta ao contrapor a textura cuidadosa com o tônus estrutural. A cor especial do concreto (ocre) qualifica a textura.

Dimensão Artística x Aspecto Localização e Espaço: De acordo com o conceito de “unidade arquitetônica” de Niemeyer, o prédio está articulado com os Palácios da Praça dos Três Poderes, numa equivalência plástico-formal, com arcadas e colunatas, formando um conjunto, mantendo as diferenças da unidade.

Dimensão Artística x Aspecto Espírito e Sentimento: O Palácio flutuante, com seus arcos característicos e com o Meteoro de Bruno Giorgi (representação dos continentes), dá sua própria escala monumental. Dimensão Histórica x Aspecto Forma e Desenho: A construção da cidade simbolizava o nascimento de um novo país, num ideal de valorização do cidadão e sua capacidade de realização. As formas originais revelam a ousadia e força que se desejava simbolizar.

Dimensão Histórica x Aspecto Materiais e Substância: Na época da construção de Brasília o país passava por grande desenvolvimento tecnológico na engenharia, e no uso do concreto armado, predominante nas obras de Brasília e do próprio Niemeyer.

Dimensão Histórica x Aspecto Uso e Função: A construção do Palácio representou uma oportunidade de expansão administrativa do Ministério (MRE), pois havia na época a expectativa de ampliação e criação de missões diplomáticas.

Dimensão Histórica x Aspecto Tradições e Técnicas: O projeto arquitetônico explora muito bem o concreto aparente em faixas estreitas, com um cuidadoso estudo da tonalidade e sem nenhuma junta de dilatação em toda a estrutura.

Dimensão Histórica x Aspecto Localização e Espaço: A pré-figuração do Palácio estava contida no relatório do Plano Piloto de Lucio Costa, onde o urbanista pondera sobre a distinção dos ministérios das Relações Exteriores e da Justiça em relação aos demais.

Dimensão Social x Aspecto Forma e Desenho: As formas do projeto são facilmente reconhecíveis, marcantes, belas, simples, com soluções originais e detalhamento engenhoso.

Dimensão Social x Aspecto Materiais e Substância: Os materiais usados reforçam a identidade do povo a partir do contexto da história da construção da cidade, indissociável da construção do Palácio embora este tenha sido inaugurado somente em 1970.

Dimensão Social x Aspecto Localização e Espaço: Considerando a importância cerimonial das relações entre os poderes políticos do Estado e sua organização na cidade, a organização espacial dos edifícios representativos desses poderes reflete as relações entre os poderes.

Dimensão Social x Aspecto Espírito e Sentimento: O simbolismo da representatividade institucional, ressaltado pela arquitetura do Palácio, é para a comunidade motivo de orgulho.

Dimensão Social x Aspecto Tradições e Técnicas: O ajuste da cor do concreto usado (ocre) foi feito por estudo do traço, tornando-o um concreto exclusivo.

A seguir é apresentado um resumo da Matriz de Autenticidade e Acessibilidade, que avalia como as intervenções de adaptação para resolver as não conformidades podem alterar ou danificar as dimensões e aspectos.

Dimensão Artística x Aspecto Forma e Desenho: As rampas de acesso são retas, largas e suaves (inclinação < 5%). O percurso interno tem barreiras, mas a ideia da “planta livre” e os acessos em todas as fachadas podem facilitar adaptações.

Dimensão Artística x Aspecto Materiais e Substância: Há pouca variedade de pisos (mármore e carpete), e têm boa condição de uso, sendo que os internos têm brilho e podem ofuscar. Ajustes nas rampas são possíveis. O desafio é adaptar a escada no térreo.

Dimensão Artística x Aspecto Uso e Função: Diferenças em documentos demonstram mudanças de uso e adaptações de um patrimônio cultural em pleno uso. Deve-se considerar a hierarquização das circulações.

Dimensão Artística x Aspecto Tradições e Técnicas: A técnica construtiva e o detalhe arquitetônico das rampas e escadas exigirão respeito à permeabilidade e a outros elementos organizadores do espaço como vazios internos.

Dimensão Artística x Aspecto Localização e Espaço: Inserção de novos elementos, como corrimãos, altera a aparência da área externa e a percepção do local. Sua instalação deve respeitar materiais e desenho originais.

Dimensão Artística x Aspecto Espírito e Sentimento: Rampas são marca de Niemeyer, e estão no imaginário nacional. Deve-se cuidar para preservar a intenção do arquiteto.

Dimensão Histórica x Aspecto Forma e Desenho: Em razão de seu desenho e forma, os acessos à edificação podem ser alterados desde que não afetem a compreensão do monumento. Alterações internas deverão ser claramente identificadas e informadas.

Dimensão Histórica x Aspecto Materiais e Substância: O sistema construtivo, em concreto armado, evoca a construção da cidade, marco da arquitetura moderna. Complementos nas rampas de acesso (inclinação < 5%) devem ser distintos de elementos originais (contraste).

Dimensão Histórica x Aspecto Uso e Função: As rampas de acesso (fachadas norte, oeste e leste), servem a diferentes usuários, representando a hierarquia do funcionamento do Palácio. Alterações nas hierarquias internas (acesso e circulação) devem ser comunicadas.

Dimensão Histórica x Aspecto Tradições e Técnicas: A acessibilidade marca um novo período da preservação do patrimônio. Sua aceitação deve vir de um processo de educação que envolva toda a sociedade.

Dimensão Histórica x Aspecto Localização e Espaço: A inserção de rampas e corrimãos altera a relação do bem com seu entorno imediato. O projeto de arquitetura deve levar em conta esta importante modificação.

Dimensão Social x Aspecto Forma e Desenho: Não há participação da comunidade local na preservação do bem, porém o tombamento do Plano Urbanístico,

do próprio edifício e a característica da instituição que aí funciona ajudam na preservação.

Dimensão Social x Aspecto Materiais e Substância: As placas cimentíceas ainda são usadas como proteção de taludes em vias e viadutos. No entanto não são mais usadas para piso em calçadas na área central da cidade. Estas características devem ser exploradas para intervenções para acessibilidade.

Dimensão Social x Aspecto Uso e Função: A comunidade geral faz uso do Palácio como um lugar de visitação. Mas o Palácio é uma estrutura viva, e no desempenho de funções diárias necessita de adaptações.

Dimensão Social x Aspecto Tradições e Técnicas: Materiais que compõem a arquitetura moderna brasileira, em especial a de Niemeyer, fazem parte do senso comum geral e não apenas de especialistas. Inserir novos elementos requer cuidado.

Dimensão Social x Aspecto Localização e Espaço: Vias e calçadas são mantidas limpas tanto pela administração do Palácio como pelo Governo do Distrito Federal.

Dimensão Social x Aspecto Espírito e Sentimento: A inserção social, com a instalação das rampas (inclinação máxima de 8%), evita o constrangimento da instituição, e de todo um país ali representado.

Dimensão Científica x Aspecto Forma e Desenho: O estudo da arquitetura moderna, suas características e as demandas para a acessibilidade lançam importante desafio aos profissionais da preservação.

Dimensão Científica x Aspecto Materiais e Substância: O princípio do contraste deve ser estudado, pois a proximidade histórica entre construção e adaptação não possibilita grande variação de materiais e técnicas construtivas.

Dimensão Científica x Aspecto Uso e Função: O Palácio Itamaraty ainda hoje não teve seu projeto publicado com a devida relevância. Mais estudos podem permitir, aos responsáveis pela intervenção, alternativas para a acessibilidade.

7. Conclusão

A ferramenta indicou possibilidades de adaptações sem que as mesmas interfiram nos valores e, por conseguinte, na autenticidade. A Matriz de Autenticidade e Acessibilidade apresentou resultados satisfatórios, destacando a grande importância das dimensões artística e histórica, e mostrou também as barreiras e as diretrizes para as possíveis soluções.

Diversas medidas e procedimentos podem ser facilmente adotados para tornar o Palácio mais acessível: treinamento e capacitação em LIBRAS e no atendimento aos deficientes do pessoal que faz as visitas guiadas, disponibilização de maquetes táteis e fones de ouvido, melhoria da sinalização e estabelecimento do plano de comunicação visual, instalação de rampas na área externa, adaptação dos balcões de atendimento e estabelecimento de brigada contra incêndio. Outras requerem um pouco mais de cuidado na proposição e na instalação ou execução, tais como, adaptação dos banheiros, sinalização direcional, instalação de corrimãos em rampas e em escadas, alargamento de corredor, instalação do sistema de alarme, retirada de portas e troca de maçanetas e instalação de rampas no auditório.

Em razão das análises, seguem algumas possibilidades de adaptação para solucionar as não conformidades: na escada do térreo e na do mezanino o corrimão poderia ser em peça única, em aço escovado tubular redondo com apoio só no início e fim, ou com no máximo um montante intermediário, instalados nos dois lados da escada. Para não afetar o visual das escadas, os corrimãos não teriam travessas horizontais, ou poderia ser inserido um anteparo em vidro antirreflexo instalado entre o corrimão e os degraus para servir de vedação incolor. O mesmo pode ser considerado para corrimãos nas rampas externas nas fachadas norte, oeste e leste. Nesse caso as travessas horizontais poderiam ser em cabos de aço. Devem ser evitados elementos verticais e privilegiados os horizontais, de forma discreta, mantendo a similaridade com o desenho reto e horizontal das rampas. As rampas no auditório, a serem instaladas nas duas portas próximas à parede de fundo da bancada, podem ser em aço, com corrimão e guarda corpo.

Adaptações são possíveis. Embora a ferramenta utilizada esteja focada no atendimento da norma de

acessibilidade, outras normas e critérios técnicos poderiam ser inseridos, tais como iluminação. Mantendo-se a autenticidade como ponto de partida, a mesma norteará todas as possíveis adaptações desejadas, tanto para a acessibilidade como para outro fim. Este trabalho representa um caminho a ser considerado na busca de soluções de adaptação para a acessibilidade que respeitem a autenticidade.

ROSSETI, E. A arquitetura do Palácio Itamaraty (1959-1970). Brasília, [2009]. Disponível em <http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/ROSSETTI-A-arquitetura-do-Palacio-Itamaraty-1959-1970.pdf/at_download/file>. Acesso em: 15 de março de 2012.

8. Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS-ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

BOITO, C. Os restauradores. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, C. Teoria da Restauração. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Instrução Normativa nº 01. Brasília, 2003.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 dez. Seção 1, p. 5. 2004.

COSTA, L. (1957). Relatório do Plano Piloto de Brasília. In: LEITÃO, F. (Org.). Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro. 1 ed. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

CURY, I. (Org.). Cartas Patrimoniais. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FERREIRA, O. L. Patrimônio Cultural e Acessibilidade: As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005. Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MEURS, P. (1995). Modernismo e tradição, preservação no Brasil. In: Guerra, A. (Org.). Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira: parte 1. São Paulo: Romano Guerra Editora. 2010.